

“O ELEITO TEM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PARA O REFERIDO CARGO, POR SER DOTADO DE BOA CONDUTA, HONRAS E FORTUNA”: O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG, 1850-1873

Flávio Henrique Dias Saldanha  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

**Resumo:**

Temos por objetivo neste trabalho analisar o perfil socioeconômico dos oficiais da Guarda Nacional de Mariana/MG no período de 1850 a 1873. A razão deste estudo justifica-se pela reforma sofrida pela guarda que, entre outras atribuições, aboliu as eleições para escolha do seu oficialato. Deste modo, as autoridades esperavam contar com oficiais que demonstrassem serem possuidores de qualidades que os alinhassem com a política dominante. Foi justamente o perfil almejado pelos dirigentes imperiais que nos instigou a análise do perfil socioeconômico dos oficiais nomeados para o comando da guarda marianense.

**Palavras-chave:** Mariana; Guarda Nacional; Oficiais; Minas Gerais; Século XIX.

**Abstract:**

We aim in this paper to analyze the socioeconomic profile of National Guard officers Mariana/MG in the period 1850 to 1873. The purpose of this study is justified by the reform suffered by the guard who, among other things, abolished the elections to choose their officers. Thus, the authorities hoped to have officers who demonstrate they possess the qualities that align with dominant policy. It was precisely the profile desired by the imperial officers urged us to analyze the socioeconomic profile of the officers appointed to command the guard Mariana.

**Keywords:** Mariana, National Guard; Officers; Minas Gerais; nineteenth Century

**Área Temática:** História Econômica e Demografia Histórica

A atual cidade de Mariana localizada na região central de Minas Gerais teve origem com a exploração aurífera no final do século XVII e início do XVIII. O pequeno arraial, superadas as primeiras crises crônicas de abastecimento<sup>1</sup>, logo cresceu sendo elevado à condição de vila em 1711. Em 1745, com a criação do bispado, a vila foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Mariana<sup>2</sup>, pois segundo Diogo de Vasconcelos, o bispo não podia residir em uma vila.<sup>3</sup>

No alvorecer do século XIX, a exploração do ouro já não era a atividade econômica hegemônica. A agricultura mercantil de subsistência, a pecuária e a produção de aguardente passaram a serem as atividades dominantes.<sup>4</sup> Ao contrário do que sustenta parte da historiografia, a região de Mariana, bem como as demais regiões mineiras nos oitocentos não apresentavam quadros de retração e/ou estagnação econômica passada a euforia do ouro.<sup>5</sup> Desta feita, a idéia de decadência econômica pós auge minerador passou a ser contestada e, quando muito, relativizada.<sup>6</sup> Neste aspecto em particular, Minas Gerais se destacou, no âmbito geral do Império brasileiro, como a província mais populosa e com uma grande concentração de cativos.

Neste cenário, as regiões que compreendiam o termo de Mariana caracterizaram-se por uma atividade econômica diversificada com um grande número de engenhos e casas de negócios e, igualmente, um grande número de escravos. Ademais, a concentração de cativos em Mariana perdia apenas para a de São João del-Rey.<sup>7</sup>

Esta sucinta descrição das vicissitudes históricas de Mariana serve-nos como pano de fundo para o presente estudo. Afinal, as considerações de ordem socioeconômica da localidade em foco servirão de parâmetro para a análise do perfil social dos oficiais da Guarda Nacional.

Antes, porém, um esclarecimento: o que foi a Guarda Nacional?<sup>8</sup>

A Guarda Nacional foi uma milícia criada no conturbado período regencial pelos liberais moderados que faziam oposição ao governo do imperador D. Pedro I, considerado despótico e arbitrário. Criada em agosto de 1831, a milícia reunia aqueles indivíduos que a Constituição de 1824 considerava como cidadãos ativos. Esta distinção é bastante significativa, pois o miliciano civil era socialmente mais prestigiado do que o recruta do exército. Ademais, o serviço militar era

<sup>1</sup> Cf. SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

<sup>2</sup> O nome Mariana foi uma homenagem à esposa de D. João V, D. Maria Anna D'Áustria, motivo pelo qual a cidade passou a ser denominada Leal Cidade de Mariana.

<sup>3</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v.1, 1974, p. 246.

<sup>4</sup> PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Engenhos e Casas de Negócio na Minas Oitocentista. In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: Coletânea de Trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, v. 2, 2002, p. 134.

<sup>5</sup> Cf. SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Economia e sociedade em Mariana na primeira metade do século XIX: algumas questões. In: *Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso*, v. 6, n. 1, jan-jun/2005, pp. 95-108.

<sup>6</sup> Cf. SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, n.º 3, pp. 449-495, set./dez. 1988.

<sup>7</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, p. 7.

<sup>8</sup> Em termos de produção historiográfica, Fernando Uricoechea, no seu livro “O Minotauro Imperial”, denunciou a “negligência dos historiadores e cientistas sociais brasileiros” para com a Guarda Nacional. A julgar pela época do lançamento do estudo de Uricoechea, de fato, eram poucos os trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre a milícia. Felizmente, nos últimos anos a Guarda Nacional passou a despertar a atenção e o interesse dos historiadores. Prova disto são as recentes teses e dissertações que tem a guarda como foco de discussão. Para uma amostra destes trabalhos cf. NUNES, Herlon Ricardo Seixas. *A Guarda Nacional na província paraense: representações de uma milícia paramilitar, 1831-1840*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica; RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os guardas nacionais, 1825-1845*. Santa Maria: UFSM, 2005; SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006; FERTIG, André Átila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil, 1850-1873*. Santa Maria: UFSM, 2010; SILVA, Jonh Érick Augusto da. *A Guarda Nacional na fronteira oeste do Império do Brasil, 1850-1864*. Cuiabá, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

extremamente odiado pela população e a sorte, ou o infortúnio de ser soldado era, segundo um contemporâneo, uma condição miserável pior, até mesmo, de um escravo.<sup>9</sup>

Reunindo um efetivo numericamente superior ao do exército, a Guarda Nacional era uma força encarregada de manter e defender a ordem, especialmente durante as revoltas intestinas da Regência que assolaram o país de norte a sul e com a participação de diferentes atores sociais. Em termos logísticos, Fernando Uricochea, aponta que a corporação, em 1850, possuía um efetivo composto por 15.000 guardas.<sup>10</sup> Já José Murilo de Carvalho demonstra que, em 1873, a Guarda Nacional reunia um total de 604.080 homens na ativa e 129.884 na reserva. Para o autor, tais cifras equivaleriam a 17% da população masculina livre.<sup>11</sup> Embora estes números não sejam confiáveis não se pode menosprezar a importância que a Guarda Nacional teve no Brasil imperial.

No aparato administrativo e burocrático do Império, a guarda era uma força civil subordinada ao Ministério da Justiça. Portanto, somente autoridades civis tinham o poder de requisitar a milícia. Esta prerrogativa desnudava a desconfiança das autoridades para com o exército.<sup>12</sup>

Para a composição do quadro dos oficiais, segundo a lei de criação, os chefes deveriam ser eleitos pelos seus próprios pares. Todavia, o sistema eleitoral, que evidenciaria uma prática democrática<sup>13</sup>, foi duramente criticado pelas autoridades, pois, segundo argumentou, em certa ocasião, o presidente da província de Minas Gerais, os oficiais eleitos eram “demasiadamente indulgentes” para com seus subordinados por deles dependerem para se reelegerem.<sup>14</sup>

Seja como for, segundo Jeanne Berrance de Castro, a eleição dos oficiais significava um mecanismo bastante perigoso, pois eram eleitos como comandantes da Guarda Nacional súditos do Império discriminados socialmente pela sua cor ou por sua situação econômica.<sup>15</sup> Em suma, indivíduos que, na sua maioria, não constituíam o seletto mundo do governo.<sup>16</sup>

Desta feita, em setembro de 1850, a corporação civil foi alvo de uma reforma que, entre outras prerrogativas legais, aboliu o sistema eleitoral para escolha dos oficiais. Abolidas as eleições os chefes passaram a serem nomeados mediante propostas encaminhadas pelos comandantes das companhias e batalhões aos presidentes das províncias, numa evidente instrumentalização política da guarda.

Com estas considerações em mente passemos, sem demora, para a análise do perfil socioeconômico dos oficiais da Guarda Nacional de Mariana.

Antes, porém, devemos proceder para com alguns esclarecimentos.

O primeiro deles diz respeito à metodologia utilizada no estudo do perfil dos oficiais. Tal metodologia foi a mesma empregada por nós em outro trabalho, porém, sobre o perfil dos milicianos civis.<sup>17</sup>

<sup>9</sup> IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*, (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.2, p. 398.

<sup>10</sup> URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978, p. 131.

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 158.

<sup>12</sup> Idem, pp. 189-90.

<sup>13</sup> Cf. CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

<sup>14</sup> Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na abertura da sessão ordinária do ano de 1837 pelo presidente da Província, Antônio da Costa Pinto. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/440/000049.html>. Acesso em 1/10/2007.

<sup>15</sup> CASTRO, Jeanne Berrance. *op. cit.*, p. 237.

<sup>16</sup> Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

<sup>17</sup> SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Manter e defender a ordem: o perfil socioeconômico da Guarda Nacional de Mariana/MG, 1850-1873. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2010. Disponível em [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A094.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A094.pdf). Acesso em 14/03/2012.

Sendo assim, os gráficos e tabelas usados neste trabalho foram elaborados a partir dos seguintes parâmetros de análise:

- Faixa etária: 18 a 44 anos, 45 a 59 anos e 60 anos ou mais;
- Estado conjugal: solteiros, filhos famílias, casados (casados com e sem filhos), viúvos (viúvos com e sem filhos);
- Ocupação: profissionais liberais e proprietários, artesãos e operários de profissão declarada, indústria e comércio, agricultura, ocupação indeterminada e assalariados sem profissão declarada;
- Renda declarada: 200\$000 a 399\$999, 400\$000 a 799\$999, 800\$000 a 1:999\$999 e 2:000\$000 ou mais.

Os critérios acima descritos foram tomados de empréstimo com base no estudo realizado por Francisco Eduardo Pinto sobre a Guarda Nacional de São João del-Rei. No trabalho anteriormente citado realizamos uma comparação com o perfil socioeconômico dos milicianos da Guarda Nacional de Mariana com os milicianos de São João del-Rei. Daí a escolha dos mesmos preceitos adotamos por Francisco Pinto.<sup>18</sup>

Entretanto, para o presente estudo consideramos válido utilizar os mesmos parâmetros de análise, desta vez para analisar o perfil socioeconômico dos oficiais da guarda marianense. Isto porque, conforme foi citado anteriormente, em 1850, a Guarda Nacional foi reformada com a abolição das eleições para escolha dos oficiais. Neste sentido, de acordo com Fernando Uricoechea, as autoridades imperiais esperavam favorecer a indicação de indivíduos que estivessem alinhados “com as qualidades atribuídas aos notáveis locais ou às exigências de uma liderança amadorística”, próprio de um meio social avassalado de cima a baixo pela escravidão e pela noção de hierarquia.<sup>19</sup>

Uma possível prova disto são as expressões do tipo “são de confiança pública”, “na pessoa de quem concorrem os requisitos necessários” e “o eleito tem todos os requisitos exigidos para o referido cargo, por ser dotado de boa conduta, honras e fortuna”, como deixa entrever abundantemente a correspondência expedida e recebida pelos comandantes da corporação para o executivo provincial mineiro.<sup>20</sup>

Feitos os devidos esclarecimentos, debruçaremos agora sobre a composição do oficialato da milícia civil da região de Mariana.

Tal análise, entretanto, só foi possível a partir de uma relação dos oficiais do comando superior da Guarda Nacional de Mariana, pesquisada no Arquivo Público Mineiro.<sup>21</sup> Neste sentido, procedemos ao cruzamento dos nomes dos oficiais presentes nessa relação com aqueles nomes cujos dados sobre idade, estado conjugal, ocupação e renda estavam registrados nas listas do serviço ativo e da reserva Naturalmente, durante este processo, tomamos o devido cuidado para com os homônimos.<sup>22</sup>

<sup>18</sup> PINTO, Francisco Eduardo. A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João del-Rei, 1850-1873. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, p. 88 e seguintes. O autor, por sua vez, baseou sua análise nos trabalhos de Clotilde Paiva para a faixa etária e Douglas Cole Libby para as ocupações. Cf. PAIVA, Clotilde de Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>19</sup> URICOECHEA, Fernando, *op. cit.*, p. 141.

<sup>20</sup> As expressões citadas encontram-se, respectivamente, nos seguintes documentos: *Arquivo Público Mineiro*, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 54, 26/6/1843, caixa 56, 5/6/1847 e caixa 46, 9/6/1845. Doravante APM. A propósito, a última citação intitula o presente trabalho.

<sup>21</sup> APM, SG<sup>1</sup>13, caixa 263. Convém esclarecer que o comando superior da Guarda Nacional de Mariana era composto, de acordo com o decreto 1020 de 16 de julho de 1852, por quatro batalhões de infantaria com seis companhias cada um, um batalhão de reserva com seis companhias e um esquadrão de cavalaria com duas companhias.

<sup>22</sup> Cf. SALDANHA, Flávio Henrique Dias, *op. cit.*

Infelizmente, não foi possível localizar todos os oficiais neste cruzamento. Porém, tal dificuldade foi contornada por meio das listas do corpo da cavalaria, as quais traziam uma relação completa dos dados dos oficiais tanto do estado-maior quanto dos oficiais comandantes das duas companhias desta arma. Dessa forma, trabalhamos com um total de 125 oficiais da Guarda Nacional do município de Mariana.

Sendo assim, temos a tabela 1 a respeito da composição do oficialato civil atinente à faixa etária:

TABELA1 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	Oficiais	%
18-44 anos	111	88,8
45-59 anos	14	11,2
Total	125	100,0

Fonte: *APM*, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851, 18/10/1853 e *APM*, SG<sup>1</sup>13, caixa 263.

De imediato, percebemos que não se encontram oficiais com mais de 60 anos de idade. Interessante fazer esta observação, pois apesar da existência de um batalhão com seis companhias da reserva, não se localiza naquele e, muito menos, nestas, oficiais acima desta idade. Muito provavelmente, os comandantes sexagenários eram reformados nos seus postos de comando. Em contrapartida, evidencia-se um grande número de oficiais jovens, 88,8%, com idade entre 18 e 44 anos, o que nos leva a deduzir que a expectativa de vida, ao menos para os milicianos civis da região compreendida pelo município de Mariana, não ultrapassava os 50 anos de idade.

Contudo, se há um grande número de oficiais jovens, percebemos igualmente uma grande cifra de chefes casados. Estes perfazem um percentual de 59,2%, assim distribuídos: 4% casados, 46,4% com filhos e 8,8% sem. Os solteiros, por sua vez, ficam em segundo lugar, ocupando 38,4% do total: 33,6% solteiros e 4,8% filhos famílias.

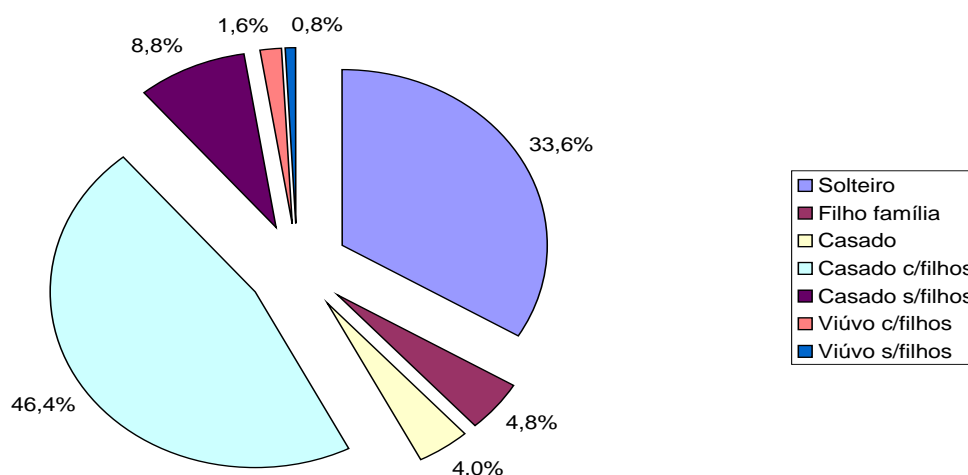
Tais percentuais podem ser observados na tabela 2 e gráfico 1:

TABELA 2 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR ESTADO CONJUGAL

Estado conjugal	Oficiais	%
Solteiro	42	33,6
Filho família	6	4,8
Casado	5	4,0
Casado c/filhos	58	46,4
Casado s/filhos	11	8,8
Viúvo c/filhos	2	1,6
Viúvo s/filhos	1	0,8
Total	125	100,0

Fonte: *APM*, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851, 18/10/1853 e *APM*, SG<sup>1</sup>13, caixa 263.

GRÁFICO 1 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR ESTADO CONJUGAL



Pelos dados obtidos, apesar de os oficiais filhos famílias<sup>23</sup> representarem apenas 4,8%, é interessante observar que desde cedo se fazia mister ocupar um lugar de destaque e de liderança, atrelado ainda à necessidade, de acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco, “de afirmar-se ou defender-se integralmente como pessoa”, principalmente em um meio em que “são altamente prezadas a bravura e a ousadia”. De certo modo, o jovem comandante deveria aprender desde logo que “a ação violenta não é apenas legítima, ela é imperativa”, e “o preceito de oferecer a outra face [não] encontra possibilidade de vigência no código que norteia a conduta do caipira”.<sup>24</sup> Conduta esta pela qual “virtude, destemor e violência não se excluem, mas se confundem numa variada gama de matizes”.<sup>25</sup>

Sobre as ocupações do oficialato, os dados obtidos conformaram a tabela 3 e o gráfico 2:

TABELA 3 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR OCUPAÇÃO

Ocupações	Oficiais	%
Profissionais liberais e proprietários	4	3,2
Artesãos e operários de profissão declarada	15	12,0
Indústria e comércio	27	21,6
Agricultura	76	60,8
Ocupação indeterminada	3	2,4
Total	125	100,0

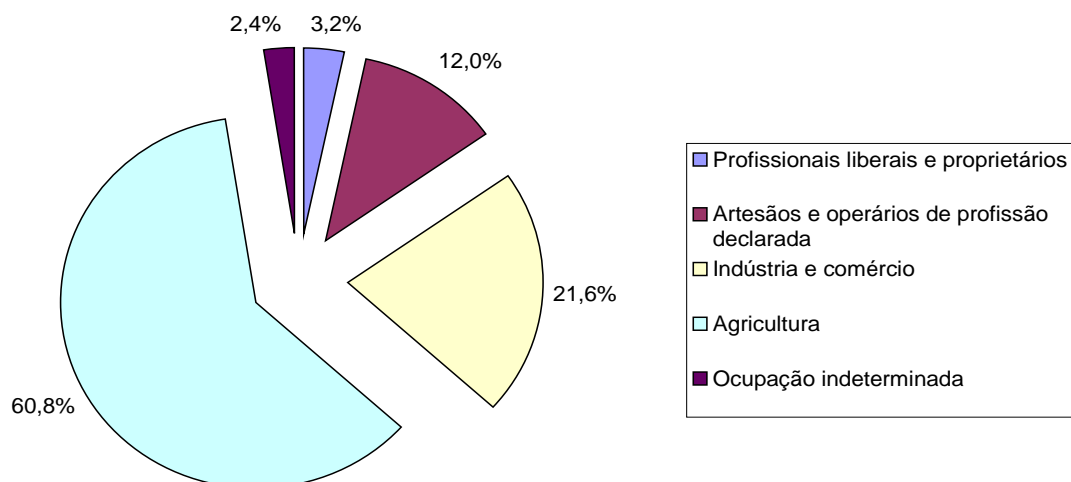
Fonte: APM, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851, 18/10/1853 e APM, SG<sup>1</sup>13, caixa 263.

<sup>23</sup> Filho-família seria aquele que, de acordo com o dicionarista Antônio de Moraes Silva, está sob pátrio poder. SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, apud PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 103. Nota 162.

<sup>24</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1994, p. 54.

<sup>25</sup> Idem, p. 55.

GRÁFICO 2 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR OCUPAÇÃO



Pela tabela e gráfico acima depreendem-se que 60,8% dos oficiais exerciam trabalhos rurais, ao passo que apenas 36,8% (3,2% de profissionais liberais, 12% de artesões e 21,6% de indústria e comércio) desempenhavam cargos urbanos. Tais números levam a crer que havia uma preponderância de oficiais com ocupações rurais. Esta preponderância talvez se explique em função de que, conforme faz crer Uricoechea,

(...) a ocupação era um elemento crucial na definição das probabilidades de admissão do indivíduo à corporação dos oficiais, independentemente das condições pecuniárias do requerente. Como regra, os artesãos e pequenos comerciantes eram excluídos.<sup>26</sup>

Podemos então inferir que um proprietário rural, chefe incontestado de família e de agregados, portador natural, por assim dizer, de uma “liderança eficiente (...) ligada à autoridade e à honra social”<sup>27</sup>, desfrutava sobejamente de mais prestígio socioeconômico em relação a um sapateiro, por exemplo. Pelos dados levantados, podemos evidenciar que apenas 12% dos oficiais da Guarda Nacional de Mariana eram artesãos e operários de profissão declarada.

No que diz respeito às rendas dos comandantes marianenses, encontramos alguns dados interessantes, os quais podem ser observados na tabela 4 e gráfico 3:

<sup>26</sup> URICOECHEA, Fernando. *op. cit.*, p. 169. Interessante destacar que Uricoechea reconhece que a renda não era essencialmente um critério exigido para ser oficial da Guarda Nacional.

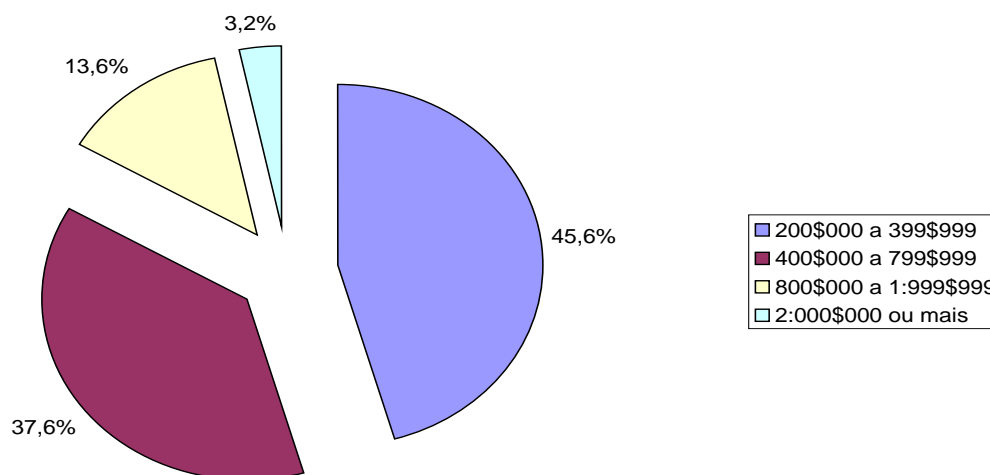
<sup>27</sup> Idem, pp. 168-9.

TABELA 4 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR RENDA DECLARADA

Renda	Oficiais	%
200\$000 a 399\$999	57	45,6
400\$000 a 799\$999	47	37,6
800\$000 a 1:999\$999	17	13,6
2:000\$000 ou mais	4	3,2
Total	125	100,0

Fonte: APM, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851, 18/10/1853 e APM, SG<sup>1</sup>13, caixa 263.

GRÁFICO 3 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR RENDA DECLARADA



De imediato, o que nos chamou a atenção nos dados obtidos foi o expressivo percentual de 45,6% dos oficiais com rendas entre 200\$000 e 399\$999. Isto porque, se observarmos a lei de 19 de setembro de 1850, vemos que nela se prescrevia que o aspirante a oficial deveria possuir as qualidades de um eleitor, ou seja, possuir 400\$000 de renda líquida anual, o dobro da renda exigida para ser simples guarda.<sup>28</sup> Ora, não é isto que vemos na tabela e gráfico em questão. Neste caso, fica bastante evidente, de acordo com a proposição já citada de Uricoechea, que a renda não era condição necessária para tornar-se comandante da Guarda Nacional.<sup>29</sup>

Atentando-se para a mesma tabela e gráfico, depreende-se que apenas 3,2% dos oficiais possuíam valores acima de dois contos de réis. Dentre estes comandantes, destaca-se o coronel Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, morador do distrito do Anta, alistado na arma da infantaria com um vencimento de cinco contos de réis. A propósito, este oficial era o único a possuir tal cifra tanto no alistamento do serviço ativo (infantaria e cavalaria) quanto da reserva. O coronel em questão, além de possuir tal quantia, foi comendador das Ordens da Rosa e de Cristo.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850, art. 53.

<sup>29</sup> Jeanne Berrance de Castro tece observação semelhante. Cf. CASTRO, Jeanne Berrance de, *op. cit.*, p. 159.

<sup>30</sup> APM, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851.



Infelizmente não podemos inferir muito a respeito da vida deste coronel, pois não foi possível localizar o seu inventário *post mortem* no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Contudo, por meio de alguns documentos consultados no Arquivo Público Mineiro, pudemos reunir algumas informações a respeito deste oficial. Sendo assim, este, em 1832, foi eleito tenente de uma companhia de cavalaria, e posteriormente, capitão desta. Em 1840 foi nomeado tenente-coronel de um batalhão, o qual não foi possível identificar se era da infantaria, cavalaria ou reserva. Entretanto, dois anos depois foi nomeado coronel de legião. Foi demitido deste posto em 1844, talvez pela participação na comoção político-militar de 1842. Apesar desta demissão, este oficial teve de volta a sua patente em 1849.

De modo geral, Nogueira da Gama prestou com dedicação o serviço, gozando, segundo consta na documentação, de boa saúde, até a sua reforma no posto de coronel por decreto de 25 de outubro de 1853 e portaria de 7 de junho de 1854.<sup>31</sup>

Prosseguindo com o nosso exame das rendas dos comandantes, procedemos ao cruzamento destas com as ocupações. O resultado por ser visualizado na tabela 5:

TABELA 5 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR OCUPAÇÃO E RENDA DECLARADA

	200\$000 a 399\$999	400\$000 a 799\$999	800\$000 a 1:999\$999	2:000\$000 ou mais	Total
Profissionais liberais e proprietários	2	2	-	-	4
Artesãos e operários de profissão declarada	14	1	-	-	15
Indústria e comércio	7	14	5	1	27
Agricultura	31	30	12	3	76
Ocupação indeterminada	3	-	-	-	3
Total	57	47	17	4	125

Fonte: APM, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851, 18/10/1853 e APM, SG<sup>1</sup>13, caixa 263.

Pelos dados dispostos acima, observamos que nos três grupos mais ricos aparecem apenas os oficiais relacionados nas atividades de indústria e comércio (20) e agricultura (45). Em contrapartida, os comandantes profissionais liberais e artesãos ocupam as posses mais modestas. Os oficiais agricultores, por sua vez, constituem o maior número e encontram-se presentes nas quatro faixas de renda. Além disso, observando com mais vagar para os dados presentes na tabela, nota-se uma tendência para a concentração da renda entre os oficiais.

Neste sentido e levando em consideração a afirmação de Francisco Eduardo Pinto de que a idade poderia ser um fator para o acúmulo de riqueza<sup>32</sup>, obtivemos a tabela 6 por meio do cruzamento entre a idade e os vencimentos pecuniários dos oficiais:

<sup>31</sup> APM, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 23/2/1852 e APM, SG<sup>1</sup>13, caixa 262.

<sup>32</sup> PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 102.

TABELA 6 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR FAIXA ETÁRIA E RENDA DECLARADA

	200\$000 a 399\$999	400\$000 a 799\$999	800\$000 a 1:999\$999	2:000\$000 ou mais	Total
18-44 anos	56	41	13	1	111
45-59 anos	1	6	4	3	14
Total	57	47	17	4	125

Fonte: APM, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851, 18/10/1853 e APM, SG<sup>1</sup>13, caixa 263.

Observa-se na tabela acima que os oficiais com idade entre 18 e 44 anos, 56 possuíam os mais modestos rendimentos, enquanto apenas 1 detinha mais de dois contos de réis. Já entre os comandantes com idade entre 45 e 59 anos, somente um oficial possuía renda de até 399\$999, ao passo que três detinham as mais altas fortunas. Muito embora não haja oficiais sexagenários dentre aqueles com os quais trabalhamos, notamos que há apenas catorze comandantes com idades entre 45 e 59 anos, em contraoposição aos 111 oficiais com idades entre 18 e 44 anos, como se pode examinar na tabela antecedente e na 7, quando cruzamos a faixa etária com a ocupação.

TABELA 7 – OFICIAIS DA GUARDA NACIONAL POR OCUPAÇÃO E FAIXA ETÁRIA

	18-44 anos	45-59 anos	Total
Profissionais liberais e proprietários	4	-	4
Artesãos e operários de profissão declarada	14	1	15
Indústria e comércio	23	4	27
Agricultura	67	9	76
Ocupação indeterminada	3	-	3
Total	111	14	125

Fonte: APM, SP, PP<sup>1</sup>16, caixa 56, 30/12/1851, 18/10/1853 e APM, SG<sup>1</sup>13, caixa 263.

É interessante observar que em todas as ocupações, inclusive naquelas que classificamos como indeterminadas, predominam majoritariamente jovens oficiais, os quais, conforme dissemos anteriormente, deveriam aprender por toda a vida a se comportarem como portadores naturais de liderança e comando não apenas na Guarda Nacional, mas também fora dela.

A este respeito, Uricoechea comprova:

De certa forma, porém, os padrões de boa conduta e decoro eram compreensivelmente mais severos para o estrato de oficiais que estavam sujeitos, de fato, a um código que tipicamente acentuava a hierarquia e a honra social como máximas a serem aplicadas dentro e fora dos limites da corporação – tanto em privado como em público.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> URICOECHEA, Fernando, *op. cit.*, p. 167.

Deste modo, com estas e outras ponderações, a título de conclusão resta dizer que o exame dos oficiais da Guarda Nacional marianense apresentou um considerável número de chefes jovens, casados e ocupantes de atividades rurais. Claro está que, em termos de ocupações, segundo nos alerta Alexandre Mendes Cunha, o meio rural não seria, tão somente, o desenvolvimento do campo com relativa autonomia por conta da agricultura e pecuária na virada do século XVIII para o XIX, mas o rearranjo de uma integração com os assentamentos urbanos intermediários que no início dos oitocentos prolongaram-se para áreas mais dinâmicas da economia de base agropecuária. Para o autor, trata-se de um complexo processo espacial, resultado da complexificação da base econômica a produzir novas relações de centralidade, neste imbricamento de urbano com o rural nas Minas oitocentistas.<sup>34</sup>

E por falar em base econômica, conforme salientamos no início deste trabalho, Minas Gerais não apresentava uma economia retraída e/ou estagnada com o declínio da mineração aurífera dos setecentos. Neste aspecto em particular, a província mineira sobressaía-se como a maior do Império em termos de população livre e escrava.

No tocante ao objeto de nosso estudo, o perfil socioeconômico dos oficiais da Guarda Nacional, nossa análise demonstrou que havia um grande número de oficiais com rendimentos inferiores ao estipulado pela lei da corporação. Claro está que este considerável número de chefes com baixos vencimentos devia-se, antes de tudo, à ação dos Conselhos de Qualificação que não seguiam à risca a letra da lei, “não examinando escrupulosamente a idade e renda dos indivíduos”, conforme acusou, em certa ocasião, o presidente da província de Minas Gerais:

Nestes últimos anos, segundo consta de ofícios de diversos chefes, tem se dado um considerável aumento na força devido, não tanto ao crescimento da população, como aos abusos, que se dão da parte dos conselhos de qualificação. Não examinando escrupulosamente a idade e renda dos indivíduos, absorvem na Guarda Nacional quase toda a população em prejuízo do serviço do exército e com quebra dos créditos da instituição da Guarda Nacional, que por seu modo virá a ser composta de um pessoal menos digno.<sup>35</sup>

Muito embora, os Conselhos de Qualificação incluíssem “quase toda a população (...) com quebra dos créditos da instituição da Guarda Nacional”, julgamos pertinente inferir que os proventos não seriam critérios determinantes para a nomeação do miliciano a oficial. A este respeito, Jeanne Berrance de Castro e Fernando Uricoechea tecem opiniões semelhantes sobre este assunto. Se levarmos em consideração que o oficialato da Guarda Nacional seria uma agremiação que não procurava reunir “um pessoal menos digno”, ao contrário, pretendia compor-se do que havia de melhor na sociedade imperial, seguimos de perto as considerações de João Camilo de Oliveira Torres, no sentido de que a elite imperial era selecionada de acordo com seu mérito ou projeção, sem privilégios decorrentes de bens materiais ou de vínculos fundiários.<sup>36</sup>

Neste íterim, acreditamos que outros critérios seriam levados em consideração na escolha dos oficiais. Ademais, devemos atentar para o fato de que, em 1850, a Guarda Nacional fora reformada com a abolição das eleições dos oficiais, coroando, por assim dizer, o amplo e complexo processo da centralização política e administrativa do Império brasileiro.<sup>37</sup> Além disso, tal reforma visava, igualmente, que seus quadros fossem compostos por oficiais que demonstrassem serem “de confiança pública”.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 27, n.º 53, jan./jun., 2007, p. 127.

<sup>35</sup> *Relatório do Presidente da Província*. Carlos Carneiro de Campos, 1858.

<sup>36</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada*. Apud. SCHWARTZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 161.

<sup>37</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de, *op. cit.*, p. 203.

<sup>38</sup> Cf. Nota 20.

Desta feita, consideramos crível que a nomeação dos oficiais recairia sobre indivíduos que apresentassem mais do que fidelidade político-partidária e rendas, mas, acima de tudo, qualidades excepcionais já citadas em outra parte deste trabalho como “boa conduta, honras e fortuna”.

Como possível exemplo de nossas afirmações, destacamos um relatório do executivo provincial mineiro, do qual reproduzimos o seguinte trecho:

Do ofício que em data de 20 de novembro me foi dirigido pela Secretaria da Justiça, e da relação que o acompanha, verá V. Ex. quais os oficiais nomeados para o comando superior da Guarda Nacional desta capital [Ouro Preto]. *Nenhum nomeado deixa de ser um cidadão recomendável, além das qualidades, por sua assás provada dedicação às nossas instituições*<sup>39</sup>.

Dito de outra forma, ser oficial da Guarda Nacional seria segundo faz crer Norbert Elias, uma das “chances de ascensão” social, pois indivíduos que não possuíam influência ou poder de comando teriam, ao menos, uma oportunidade de exercê-lo. Além disso, preceitua o autor, o mero fato de uma pessoa pertencer a um grupo central, mesmo ocupando um patamar inferior, representaria uma ascensão social para os indivíduos oriundos dos campos sociais ao redor dela.<sup>40</sup> Desse modo, o *status* de ser um oficial da guarda ou o exercício de um cargo de reconhecido prestígio social era, por assim dizer, aspiração de muitos, principalmente daqueles que faziam parte da “boa sociedade”, e também de alguns homens livres que ansiavam diferenciar-se dos demais, especialmente dos escravos.

Pelo exposto, podemos deduzir que “uma grande reputação, uma posição superior” era algo disputado e que todos desejavam na sociedade imperial, a exemplo de um dos romances de Machado de Assis.<sup>41</sup> Portanto, a ambição por um posto fazia-se acompanhar não por um simples capricho. O que estava em jogo não era o exercício do cargo em si, mas a reverência prestada pelos demais membros da sociedade perante uma autoridade superior, tida como excepcional, salutar. De certa forma, ser chamado e tratado por “Excelência” era aspiração de muitos, mas privilégio de poucos.<sup>42</sup>

Mais uma vez, Machado de Assis fornece um indício de nossas afirmações. Afinal no Brasil dos oitocentos bastava ser alguém, com “três versos de Virgílio, dois de Horácio, uma dúzia de locuções morais e políticas”.<sup>43</sup>

Claro está que ao fazermos estas considerações, temos em mente que a formação de uma elite letrada e, especialmente, de quadros de oficiais da Guarda Nacional afinados com os ditames da política imperial centralizadora, se fez mediante um tortuoso e conflitante mecanismo de concessão de dádivas, honras e mercês entre os dirigentes do Paço imperial e os notáveis locais.<sup>44</sup>

Por fim, resta-nos concluir que os homens que se ocuparam do processo de formação e constituição do Estado imperial nos oitocentos acalentavam construir uma nação e uma civilização nos trópicos. Portanto, os súditos e, principalmente, os oficiais da Guarda Nacional deveriam fazer jus ao Estado em construção.

Estado este, por sinal, baseado na taxativa desigualdade entre escravos, homens livres pobres e a “boa sociedade” imperial.

<sup>39</sup> *Relatório do Presidente da Província*, José Ricardo de Sá Rego, 1852. Grifo meu.

<sup>40</sup> ELIAS, Norbert (1969). *A Sociedade de Corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 138.

<sup>41</sup> ASSIS, Machado de (1881). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM POCKET, 1997, p. 57.

<sup>42</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 161.

<sup>43</sup> ASSIS, Machado de, *op. cit.*, p. 63.

<sup>44</sup> Cf. MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue*: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, p. 150.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais.
- ASSIS, Machado de (1881). *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM POCKET, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.
- CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 27, n.º 53, jan./jun., 2007, pp.123-158.
- ELIAS, Norbert (1969). *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERTIG, André Átila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil, 1850-1873*. Santa Maria: UFSM, 2010.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: UNESP, 1994.
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial, (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v.2, pp. 385-424.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.
- MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- NUNES, Herlon Ricardo Seixas. *A Guarda Nacional na província paraense: representações de uma milícia para-militar, 1831-1840*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica.
- PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Engenheiros e Casas de Negócio na Minas Oitocentista. In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: Coletânea de Trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, v. 2, 2002, pp. 134-149.

PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo.

PINTO, Francisco Eduardo. *A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João del-Rei, 1850-1873*. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os guardas nacionais, 1825-1845*. Santa Maria: UFSM, 2005.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *Economia e sociedade em Mariana na primeira metade do século XIX: algumas questões*. In: *Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso*, v. 6, n. 1, jan-jun/2005, pp. 95-108.

\_\_\_\_\_. *Manter e defender a ordem: o perfil socioeconômico da Guarda Nacional de Mariana/MG, 1850-1873*. In: *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2010. Disponível em [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A094.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A094.pdf). Acesso em 14/03/2012.

\_\_\_\_\_. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Jonh Érick Augusto da. *A Guarda Nacional na fronteira oeste do Império do Brasil, 1850-1864*. Cuiabá, 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso.

SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX*. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, n.º 3, pp. 449-495, set./dez. 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v.1, 1974.